

Câmara suspende trabalhos após impasse sobre PL do Magistério; sessão volta hoje

Em reunião tumultuada e marcada por interrupções, vereadores não chegaram a consenso sobre projeto do piso salarial

ANDRÉ FLEURY MORAES

A Câmara de Bauru decidiu suspender até as 13h de hoje (16) a sessão legislativa iniciada nesta quinta-feira (15) após não chegar a um consenso sobre a votação do Projeto de Lei (PL) que regulamenta o piso do magistério municipal, prevista para ser realizada ainda ontem.

A medida, sugerida pelo vereador Eduardo Borgo (Novo), atende a um pedido da própria categoria, que rechaçou a proposta nos moldes enviados pela prefeitura. A avaliação é de que as principais demandas elencadas pelo magistério local não foram contempladas no projeto.

A sessão desta quinta-feira, que ainda não se encerrou, não deixou de ser tumultuada. Servidores protestaram na galeria da Câmara (como é chamada a plateia) já no início dos trabalhos, e o presidente da Casa precisou pedir silêncio em pelo menos cinco dos 15 pronunciamentos de parlamentares na tribuna.

Depois, quando da retomada dos trabalhos após a fase dos discursos, a primeira discussão envolveu o PL do Magistério. Havia a expectativa de que fosse realizada uma reunião entre vereadores, integrantes da categoria e o próprio sindicato para discutir os termos da proposta.

A princípio o debate seria na sala dos vereadores, mas o vereador Borgo pediu publicidade à reunião e a discussão foi feita em plenário. Foram longas três horas de debate – que se assemelharam a uma assembleia – sem que houvesse uma definição concreta (leia mais na página 4).

IMPASSE

Um dos 'nós' do PL é se o piso do magistério vai ser pago aos inativos

O governo havia se comprometido a elaborar uma emenda modificativa ao projeto do piso – que já é um texto substitutivo, uma vez que a primeira proposta encaminhada foi retirada pela administração – e chegou a enviar o documento na manhã de ontem.

Depois, porém, percebeu que a grade salarial da emenda modificativa protocolada na Casa estava desatualizada. E precisou enviar uma nova emenda ajustando os valores. Mas ainda não havia consenso.

A sessão foi interrompida durante uma discussão sobre se os efeitos do piso salarial se estenderiam aos aposentados – o sindicato defende a extensão do pagamento do piso a todos os aposentados.

A prefeitura, porém, sinaliza manter o benefício somente “àqueles que têm direito” – isto é, que trabalharam segundo a carga horária que permite o recebimento do piso conforme a previsão do projeto em discussão na Câmara.

O Sinserm argumenta que o trecho sobre os inativos é genérico e não explica o critério de “a quem tem direito...”.

Até mesmo integrantes do governo chegaram a comparecer à sessão para esclarecer dúvidas sobre o PL. Foram até a Casa os secretários Nilson Ghirardello (Educação), Cristiano Zamboni (Administração) e também o presidente da Fundação de Previdência



O advogado do Sinserm, José Francisco Martins, conversa com servidores do magistério municipal após suspensão dos trabalhos, nas galerias da Câmara Municipal de Bauru

dos Servidores Municipais (Funprev), David Françoso.

Eles defenderam o atual projeto e admitiram a possibilidade de avançar nas negociações sobre eventuais mudanças no texto. Mas sem sucesso.

Os próprios integrantes do magistério que acompanhavam a sessão chegaram a se desentender. Parte deles defendia a votação do texto nesta quinta; outros, não. A situação chegou a sair do controle em certo momento, com pessoas chorando e uma discussão acalorada com uma série de gritos.

De qualquer forma, a decisão de suspender a sessão até o início da tarde de hoje desagradou também membros da cúpula do Sinserm, que haviam chegado a um consenso ainda na tarde de ontem, numa assembleia em frente ao prédio da Câmara, de que o projeto deveria ser votado.

Para membros do Legislativo ouvidos pelo JC em



Da direita para a esquerda, David Françoso, Cristiano Zamboni, Everton Basilio e Nilson Ghirardello durante uma sessão de ontem

caráter reservado, faltou também uma postura mais firme do líder da prefeita na Casa, o vereador Miltinho Sardin (PRD), que permaneceu calado durante o debate sobre o projeto mesmo com a avaliação já difundida entre os parlamentares de que o governo avançou até onde pôde nas negociações com a categoria.

Na avaliação de vereadores ouvidos pelo JC em caráter reservado, Sardin deveria ter contestado o pedido de suspensão da sessão e so-

licitado a votação do projeto ainda ontem. O parlamentar, no entanto, aparentemente não quis se desentender com a categoria.

Com isso o governo ficou em situação delicada. Isso porque a suspensão da sessão até as 13h de hoje pressiona a administração a tentar retomar as negociações e estende por mais um dia uma crise com o magistério que, segundo interlocutores do Palácio das Cerejeiras, já poderia ter sido encerrada.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal da Cidade - Bauru/SP

Seção: Política Pagina: 3